

CARTA
II CONGRESSO DO CEAPE-SINDICATO
DE AUDITORES(AS) DE CONTROLE EXTERNO

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2024, o CEAPE-Sindicato – Sindicato de Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul promoveu o II Congresso de Auditores de Controle Externo (ACEs), cuja temática foi “O papel do Tribunal de Contas frente às mudanças climáticas e os desafios da carreira de Auditor de Controle Externo”. Adotou-se o formato híbrido de participação.

O primeiro dia focou nas palestras e debates sobre as mudanças climáticas com apresentações de profissionais oriundos da academia e de colegas do TCE-RS envolvidos com a questão.

No segundo dia tivemos apresentações de colegas sobre temas da carreira dos (as) Auditores(as) de Controle Externo – plano de carreira e trabalho remoto.

Na sequência, os participantes foram divididos em grupos de discussão para debater e apresentar sugestões ao Documento-Base do Congresso previamente disponibilizado pelo CEAPE-Sindicato. Houve dois grupos presenciais e dois grupos virtuais para a discussão dos temas.

A plenária final ficou em aberto até o dia 11 de setembro de 2024, ocasião em que, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a presente *Carta do II Congresso de Auditores(as) de Controle Externo*.

A QUESTÃO AMBIENTAL

O caos social, ambiental e econômico que enfrentamos em 2024 em decorrência das cheias no Rio Grande do Sul colocou em perspectiva a questão sobre o rumo de nossa atuação enquanto Auditores de Controle Externo. Na esteira da mobilização de toda a sociedade, também nós nos perguntamos o que fazer e como contribuir para que estejamos preparados para o impacto climático inevitável. Conciliando esforços com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o CEAPE-Sindicato oportunizou, nas abordagens do II

Congresso de ACEs, identificarmos caminhos para uma atuação que contribua para a resiliência climática.

O evento iniciou como uma palestra do ecologista Arno Kayser, intitulada “Reflexões Sobre Mudanças Climáticas e a Tragédia Ambiental do Rio Grande Do Sul”. Arno Kayser apresentou dados sobre a destruição ambiental no Rio Grande do Sul, com perda de 35% da cobertura Florestal original e de 30% da cobertura original do Pampa, e demonstrou a importância da recuperação da vegetação natural nas áreas de preservação permanente e áreas de campo da região do Pampa para reduzir o impacto climático, elencando ações importantes para isso. Concluiu sugerindo que o papel dos técnicos do TCE-RS possa ser impulsionado com a capacitação de auditores sobre o tema.

Na sequência, o cientista natural Gerhard Overbeck proferiu a palestra “Mudanças Climáticas e a Preservação dos Biomas”. O professor Gerhard apresentou uma perspectiva climática a partir de diferentes cenários de emissões, dimensionando a urgência de uma mudança de hábito frente à emergência climática que já enfrentamos, e que irá se agravar, com perda da biodiversidade e o impacto sobre os biomas brasileiros. Destacou a vocação natural do Pampa gaúcho para a pecuária de gado de corte, atividade sustentável e economicamente viável, possibilitando o equilíbrio da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Bioma nacional menos protegido e mais ameaçado, no Pampa se situa 9% da biodiversidade nacional conhecida e 28,8% das aves brasileiras, com alto nível de endemismo. O Pampa possui hoje 623 espécies ameaçadas. Referiu a substituição do Pampa por agricultura extensiva e florestas de produção de pinus e eucalipto, com alto impacto ambiental pela destruição do solo e dos banhados do Pampa. Elencou serviços ecossistêmicos proporcionados pela biodiversidade na promoção da segurança hídrica, alimentar, climática, energética e de saúde humana. Conclui colocando em perspectiva o valor econômico que representam os serviços ecossistêmicos, em especial, aqueles associados à vegetação nativa, e o impacto econômico resultante da perda do solo para o agronegócio gaúcho em áreas não preservadas.

O bloco seguinte iniciou com Alessandro Donadio Miebach, professor de economia da UFRGS, com o tema “Os Desafios da Economia Gaúcha no Contexto das Mudanças Climáticas”. Alessandro apresentou uma perspectiva do

desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos, aportando dados sobre o estoque de capital e da participação da indústria da transformação, de queda demográfica, demonstrando haver uma quase estagnação econômica que se associa aos baixos níveis de investimentos públicos. Demonstrou o impacto das estiagens sobre o PIB gaúcho e o duplo impacto econômico da catástrofe que afetou não apenas os fluxos de produção, receitas, pagamentos, mas também os estoques de capital, imóveis, economias, riquezas e bens duráveis. Na perspectiva da reconstrução, referiu ações necessárias a curto, médio e longo prazo e que são projetadas caso não haja uma recorrência do impacto climático. Referiu a perda de capacidade técnica do Estado, decorrente da extinção de órgãos estaduais estratégicos como FEE-RS. Questionou as condicionalidades na concessão de créditos, pontuou ser importante velocidade de resposta, capacidade de coordenação entre União e Estado e Municípios, construção de resiliência para o novo normal, para o qual não existe solução individual, mas coletiva.

O último painel foi apresentado pelos ACE Andrea Mallmann Couto e Anderson Kilpp. Andrea apresentou o histórico de atuação do TCERS na fiscalização da atuação dos órgãos públicos na defesa do meio ambiente, referindo a Resolução nº 648/2003 como ato precursor que incluiu a análise da defesa e preservação do meio ambiente nos procedimentos de auditoria conduzidos em todos os jurisdicionados. A Resolução nº 1028/2015, que estabeleceu o Regimento Interno do Tribunal de Contas, instituiu a realização de auditorias de gestão ambiental entre as suas competências, e a Resolução nº 1142/2021, que trata da emissão de parecer prévio, relacionou também a questão ambiental como aspecto a ser considerado na observância dos princípios e objetivos da política nacional de meio ambiente e da política estadual de meio ambiente, na estrutura administrativa de licenciamento e fiscalização ambiental, no acesso público a dados e informações relativas ao meio ambiente, na política de resíduos sólidos e saneamento básico, na política de recursos hídricos de educação ambiental e de mudanças do clima, e no dever de sustentabilidade. Finalizou com um apelo aos ACEs, para que considerem a relevância do tema e mobilizem esforços para a abordagem ambiental.

Anderson Kilpp apresentou ações do projeto da ESGC na temática de resiliência climática, em parceria com universidades e contratação de consultorias para

capacitação do corpo técnico e de gestores e servidores. Atentou para os eixos do Projeto Resiliência Climática da DCF. Referiu a dificuldade de dimensionarmos o impacto sobre a biodiversidade causado pela ação humana em razão de que esse impacto extrapola o ciclo geracional, conduzindo a uma subestimativa do impacto.

AS QUESTÕES FUNCIONAIS

As sugestões dos grupos de trabalho, quanto ao Plano de Carreira, ao trabalho remoto e outras questões relacionadas à carreira dos(as) ACEs, foram discutidas e encaminhadas pelos coordenadores à comissão organizadora e executiva do II Congresso do CEAPE-Sindicato, que as compilou na presente Carta, cujas conclusões seguem elencadas abaixo por tópicos.

Portanto, nas respectivas temáticas foram aprovadas as seguintes linhas de atuação sindical:

a) Questão ambiental

- Retomar o exame da questão ambiental no processo de contas anuais, dada a relevância da matéria, sem prejuízo da necessária análise do tema em processos de contas especiais ou auditoria operacional;
- Instar a Casa a promover um programa de qualificação na área do Meio Ambiente.

b) Data-base

- Garantir uma data-base à revisão geral anual, nos termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 33 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul. Para tanto, sugere-se o mês de maio como data-base.

c) Plano de Carreira

- Alterar o interstício das progressões para 365 dias;
- Lutar para que o final da carreira alcance o valor do teto remuneratório do serviço público;

- Garantir que os auxílios e indenizações existentes sejam atualizados anualmente.

- Recriar o cargo de Bibliotecário.

d) Trabalho Remoto

- Buscar a regulamentação por Resolução para maior estabilidade;
- Conferir maior autonomia à Chefia imediata (Coordenações) para o estabelecimento do critério mínimo de presença no Setor;

- Eliminar o critério de territorialidade para o exercício do trabalho remoto, definindo-se apenas o critério do tempo necessário para apresentação na sede de lotação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da convocação.

e) Adicionais

e.1) Criar um Adicional de Qualificação

- Considerar cursos e pós-graduações alinhados com as ações de ensino estabelecidas pela ESGC;

- Considerar como paradigma o Adicional criado pelo TCU;

- Importante que a instituição (o que inclui a Escola) tenha compromisso permanente com a formação e qualificação dos servidores, caso contrário o acesso igualitário a todos pode ser comprometido.

e.2) Criar um Adicional de Produtividade

- Estudar e propor a criação de um Adicional de Produtividade.